

O efeito da subjetividade na mensuração de itens patrimoniais a valor justo por setor econômico

Lorena Costa de Oliveira Mello (UFC) - lorena.costa@plauditores.com.br

Paolo Giuseppe Lima de Araujo (UNIFOR) - paolo.araujo@plauditores.com.br

Resumo:

Este estudo tem como objetivo investigar o efeito da utilização do critério de mensuração a valor justo em relação ao uso do custo histórico nas demonstrações contábeis, por setor econômico, na realidade brasileira. Partiu-se da hipótese de que, no Brasil, as mensurações contábeis produzidas pelo valor justo são significativamente diferentes dos valores registrados pelo custo histórico. Espera-se ainda que as mensurações contábeis produzidas pelo valor justo aumentem o valor patrimonial das firmas de forma significativa. Tal possibilidade se explicaria pela teoria da agência que expõe que, sendo propriedade e gestão designadas a indivíduos distintos, podem resultar em conflitos de interesse entre os indivíduos, dado que o agente quer maximizar sua utilidade, em detrimento da maximização da utilidade do principal. Foram analisadas as contas patrimoniais objeto de alteração do critério de mensuração de 559 empresas que apresentaram, nos anos de 2008 e 2010, informações considerando os dois critérios. A amostra foi submetida a testes paramétricos e não paramétricos de diferenças de média para amostras emparelhadas por categoria de conta e por setor econômico. Os resultados da pesquisa demonstram que as mensurações contábeis produzidas pelo valor justo são significativamente diferentes dos valores registrados com base no critério do custo histórico, com exceção dos setores Petróleo, gás e biocombustível e Tecnologia da Informação que apresentaram sinais de igualdade de valores na mensuração a custo histórico e a valor justo por setor. Os testes demonstraram uma assimetria positiva entre as médias mensuradas a valor justo, por setor, entre 5% e 21% do patrimônio líquido.

Palavras-chave: Valor justo. Custo histórico. Setor econômico. Brasil.

Área temática: Abordagens contemporâneas de custos

O efeito da subjetividade na mensuração de itens patrimoniais a valor justo por setor econômico

Resumo

Este estudo tem como objetivo investigar o efeito da utilização do critério de mensuração a valor justo em relação ao uso do custo histórico nas demonstrações contábeis, por setor econômico, na realidade brasileira. Partiu-se da hipótese de que, no Brasil, as mensurações contábeis produzidas pelo valor justo são significativamente diferentes dos valores registrados pelo custo histórico. Espera-se ainda que as mensurações contábeis produzidas pelo valor justo aumentem o valor patrimonial das firmas de forma significativa. Tal possibilidade se explicaria pela teoria da agência que expõe que, sendo propriedade e gestão designadas a indivíduos distintos, podem resultar em conflitos de interesse entre os indivíduos, dado que o agente quer maximizar sua utilidade, em detrimento da maximização da utilidade do principal. Foram analisadas as contas patrimoniais objeto de alteração do critério de mensuração de 559 empresas que apresentaram, nos anos de 2008 e 2010, informações considerando os dois critérios. A amostra foi submetida a testes paramétricos e não paramétricos de diferenças de média para amostras emparelhadas por categoria de conta e por setor econômico. Os resultados da pesquisa demonstram que as mensurações contábeis produzidas pelo valor justo são significativamente diferentes dos valores registrados com base no critério do custo histórico, com exceção dos setores Petróleo, gás e biocombustível e Tecnologia da Informação que apresentaram sinais de igualdade de valores na mensuração a custo histórico e a valor justo por setor. Os testes demonstraram uma assimetria positiva entre as médias mensuradas a valor justo, por setor, entre 5% e 21% do patrimônio líquido.

Palavras-chave: Valor justo. Custo histórico. Setor econômico. Brasil.

Área Temática: Abordagens contemporâneas de custos.

1. INTRODUÇÃO

Um dos objetivos da contabilidade é fornecer informações úteis à tomada de decisões dos usuários externos. Para atender a este objetivo é necessária a mensuração e divulgação de informações que reflitam a situação econômico-financeira das empresas.

Martins (2001) afirma que várias são as formas de mensurar ativos e passivos; desde o custo histórico, passando pelo custo corrente e pelo valor líquido de realização, chegando ao valor presente dos fluxos de caixa futuros. Diferentes formas de mensuração se adequam a diferentes objetivos. Portanto, diversas são as possibilidades de escolha quanto ao critério de mensuração e muito se tem discutido, sobre qual seria a medida mais adequada para atender aos múltiplos objetivos da contabilidade.

Quando o objetivo precípua da Contabilidade se resumia a registrar, acumular e interpretar os fenômenos, que afetavam as Entidades e sua finalidade era tão somente o controle do patrimônio e a geração de informações objetivas e verificáveis, o critério de mensuração utilizado era o custo histórico (IUDICIBUS *et al*, 1992).

Diante das limitações na mensuração de itens patrimoniais pelo critério do custo histórico, como por exemplo, a geração de informação voltada à mensuração de eventos econômicos passados, com certo grau de ineficiência informacional, do desenvolvimento da economia e do crescimento do mercado de capitais, surgiu a necessidade do fornecimento de informações mais relevantes para os investidores. A contabilidade, como ciência social aplicada, evoluiu de acordo com a necessidade de informações demandadas pelos seus

usuários. (MAUSS *et al*, 2013). Com isso, a contabilidade, além do seu objetivo primário, que é o controle do patrimônio, passou a ter outro objetivo, que se tornou preponderante: a geração de informações úteis para a tomada de decisão dos diversos *stakeholders*. (ARAÚJO; ASSAF NETO, 2003).

Para atender à necessidade de informações relevantes, que transmitissem a essência econômica das operações para a tomada de decisão, foram desenvolvidos, ao longo do tempo, critérios que preenchessem as limitações do custo histórico. Um desses critérios foi o valor justo, cujo uso foi impulsionado pelos seguintes fatos: existência de modelos de mensuração já desenvolvidos que abordavam a questão dos preços correntes; aumento da complexidade das transações, principalmente relacionada a instrumentos financeiros, somando-se a volatilidade desse tipo de papéis e mercados; utilidade do valor justo para investidores, uma vez que está mais próximo do que se pode chamar de útil, para os conceitos econômicos, que investidores consideram na sua tomada de decisão; e por último, a vontade política dos órgãos reguladores (AQUINO; PETERSON, 2008).

A mudança de critério de mensuração de alguns itens patrimoniais trouxe grandes questionamentos no meio acadêmico e empresarial, devido a mudança de foco da objetividade e verificabilidade do custo histórico para a subjetividade do valor justo. Várias discussões a nível teórico foram realizadas, entretanto não se mediu quão diferentes são na prática os números mensurados por esses dois critérios de mensuração.

Considerando a contextualização disposta nesta seção, apresenta-se o norteamento da pesquisa através da questão:

Em que medida o uso do critério de mensuração a valor justo produziu informação contábil diferente das apurações efetuadas com base no critério do custo histórico, por setor econômico, no cenário brasileiro?

O objetivo da pesquisa é investigar o efeito da utilização do critério de mensuração a valor justo em contraposição ao critério do custo histórico, nas demonstrações contábeis, por setor econômico, na realidade econômica brasileira.

Em ambiente como o do Brasil, de economia emergente, onde não se constata efetivo *enforcement* legal, os gestores podem ser induzidos à prática de gerenciamento de resultados, conforme identificado no estudo de Luiz, Nascimento e Pereira (2008) que demonstra alto nível de gerenciamento de resultados em países pouco desenvolvidos, com alta concentração de capital e fraca proteção legal ao investidor.

Desta forma, é factível esperar-se que a utilização do valor justo, como critério de mensuração, devido à subjetividade arguida na determinação de suas estimativas, principalmente nos níveis 2 e 3 de mensuração, possibilitem que gestores apresentem demonstrações contábeis adequadas às suas necessidades, de forma oportunista (SILVA FILHO, MACHADO, MACHADO; 2012), esperando-se então que os números mensurados a valor justo sejam superiores aos mensurados a custo histórico.

Tal possibilidade pode ser explicada pela teoria da agência, a qual expõe que, sendo propriedade e gestão designadas a indivíduos distintos, podem resultar em conflitos de interesse entre os indivíduos, dado que o agente quer maximizar sua utilidade, em detrimento da maximização da utilidade do principal.

Com base em tais evidências, formula-se a hipótese de pesquisa: *As mensurações contábeis produzidas pelo valor justo são significativamente diferentes dos valores registrados com base no critério do custo histórico. Espera-se ainda que as mensurações contábeis produzidas pelo valor justo aumentem o valor patrimonial de forma significativa.*

Na literatura técnica e científica, assim como nas pesquisas realizadas, a maioria dos estudos sobre valor justo se concentra em discussões conceituais sobre a mensuração a custo histórico e a valor justo; análise da mudança do registro contábil dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, análise das definições do valor justo vigentes no Brasil, Estados

Unidos e Europa; impacto da utilização do valor justo para os ativos biológicos, propriedades para investimentos e ativos de securitização, a relevância da aplicação do valor justo para os instrumentos financeiros de empresas financeiras e o seu impacto, no preço das ações e no risco de crédito dos bancos e a análise do valor justo em face da crise financeira mundial.

Nota-se que não foram identificadas pesquisas que tenham comparado empiricamente o grau de diferença dos números mensurados pelo critério do custo histórico e pelo valor justo por setor econômico, justificando a realização deste estudo e a sua contribuição reside em preencher esta lacuna sobre o assunto.

O presente estudo, além desta introdução, conta com mais três seções. A próxima seção traz o referencial teórico, abordando conceitos, vantagens e desvantagens do custo histórico e valor justo e estudos empíricos anteriores. Em seguida, têm-se os aspectos metodológicos que apresentam as características da pesquisa, as empresas, a forma de coleta e o tratamento dos dados. Posteriormente, a seção com os resultados da pesquisa. Por último, são realizadas as considerações finais e as sugestões de pesquisas futuras.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Custo Histórico como Base de Valor x Valor Justo

O custo histórico é definido como o “preço agregado pago pela empresa, para adquirir a propriedade e o uso de um ativo, incluindo todos os pagamentos necessários, para colocar o ativo no local e nas condições, que permitam prestar serviços na produção, ou em outras atividades da empresa.” (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2007, p. 122).

O alicerce fundamental da adoção do conceito do custo histórico está vinculado ao fluxo de caixa das transações ocorridas. Os ativos avaliados ao seu custo de aquisição estão vinculados ao caixa desembolsado, para confrontação com o fluxo a entrar quando forem vendidos ou produzirem receitas, a fim de que, o lucro se materialize, finalmente, na forma de dinheiro (MARTINS, 2001).

Hendriksen e Van Breda (2007) enfatizam que uma das principais razões da generalização do custo histórico como critério de mensuração na contabilidade tem sido, sua estreita relação com o conceito de realização da receita, na mensuração do lucro. Iudícibus (2010) complementa a afirmação, dizendo que outro motivo da generalização do uso de tal critério é a objetividade e a verificabilidade dos valores apurados.

Sobre o assunto, Santos (1998) contrapõe enfatizando que mensurações impessoais raramente são produzidas, já que dificilmente, se consegue separar completamente aquilo que está sendo mensurado, da pessoa ou crenças do mensurador. Assim, pode-se afirmar que a objetividade dos dados e informações contábeis não é real, já que a mensuração é o cerne da Contabilidade e toda mensuração é uma aproximação e envolve a subjetividade de quem a mensura.

Outra consideração a respeito do custo histórico, abordada por Tinoco (1992), é o fato de ser baseado em modelo de avaliação estático, pois não considera as variações de preços que ocorrem com frequência na economia. O custo histórico mede os valores ocorridos no passado e por isso, o montante apresentado no patrimônio líquido, não reflete o valor da empresa em exercícios posteriores, principalmente, em virtude da perda do poder aquisitivo da moeda.

Silva (2012, p. 1) contribui para a discussão elencando as vantagens da utilização do custo histórico como critério de mensuração: i) o valor contabilizado encontra-se baseado em fatos registrados em documentos que podem ser, verificados e confirmados; ii) é menos subjetivo, não se baseia em valores estimados e garante prudência na sua valoração; iii) é conhecido e percebido por todos os utilizadores da informação financeira, não gerando

dificuldades na sua aplicabilidade; e iv) permite medir a forma como foram aplicados os resultados com base em movimentos financeiros reais, sendo um importante apoio à gestão.

Iudícibus (2010) afirma que embora criticável por diversos ângulos, principalmente em mercado instável, onde há oscilação de preços, o custo histórico é muito profundo e baseia-se em sequencia lógica estrutural da contabilidade, que diante do problema da relevância presumida de certos procedimentos, de sua objetividade e praticidade, sempre tem de atender a um equilíbrio entre os vários fatores.

As desvantagens decorrentes do uso do custo histórico têm levado à análise de outros modelos, que poderiam preencher algumas lacunas ou que permitiriam aos usuários da informação contábil mais subsídios para análise. Com isso, teve-se a evolução do custo histórico para o custo histórico corrigido, depois para o custo corrente, seguindo para o custo corrente corrigido para, finalmente, chegar ao critério do valor justo, que expressa o valor econômico das transações.

Iudícibus e Martins (2007, p. 16) conceituam valor justo como “montante pelo qual um determinado item poderia ser transacionado entre participantes dispostos e conhecedores do assunto, numa transação sem favorecimento”.

Para Iudícibus e Martins (2007), o conceito de valor justo representa uma agressiva virada na avaliação contábil, pois coloca o valor justo em lugar de e não em complemento a algo que já existe e que vem há séculos, nas demonstrações contábeis, como forma principal de avaliação, ou seja, o custo histórico como base de registro inicial.

A mensuração dos itens patrimoniais a valor justo proporciona opiniões divergentes entre pesquisadores e acadêmicos. De um lado, uma corrente mais reticente quanto ao abandono do custo histórico e do outro lado, uma corrente absolutamente resoluta quanto ao avanço nas práticas contábeis e a preocupação com a preservação do enfoque econômico nas demonstrações contábeis.

Para Landsman (2007), a mensuração a valor justo pode trazer assimetria informacional entre gestores e usuários da contabilidade, principalmente em relação aos níveis 2 e 3. Os gestores possuem informações privadas e conhecem e estabelecem todas as premissas para escolha de valores considerados no modelo, para avaliar ativos ou passivos da empresa. A assimetria informacional pode gerar atitudes de seleção adversa e de risco moral.

Iudícibus e Martins (2007) argumentam, ainda, que a contabilidade deu um salto gigantesco de um mundo de absoluta certeza, ou pelo menos de aparente certeza, o do custo histórico, para outro patamar, incerto, o do valor justo. O que gera preocupação, pois além das dificuldades de mensuração devido à subjetividade da técnica, se pretende substituir as bases originais de avaliação por outra, totalmente, sem possibilidade de rastreamento, no sentido de poder ser auditada de maneira formal e objetiva, seus efeitos.

2.2 Revisão de Pesquisas Anteriores

Pesquisas do valor justo, apesar de escassas, foram realizadas, tanto nacional quanto internacionalmente, sobre a aplicação e o efeito do valor justo em instrumentos financeiros, ativos biológicos, propriedades para investimentos e sobre a relação da aplicação do valor justo com a crise mundial de 2008. Destacam-se as seguintes pesquisas, descritas em ordem cronológica:

Umbelino *et al* (2007) investigaram o nível de evidenciação do valor justo dos instrumentos financeiros dos bancos listados no Novo Mercado e nos diferentes níveis de Governança Corporativa da Bovespa. Concluíram que o grau de evidenciação do valor justo dos instrumentos financeiros entre os bancos listados no Novo Mercado não foi maior que o de nível 2 e nem prevaleceu em sua totalidade sobre a evidenciação do valor justo dos instrumentos financeiros do nível 1. Já o nível de divulgação entre os bancos em nível de

governança corporativa foi maior que os bancos não listados no Novo Mercado e nos níveis 1 e 2 de governança corporativa. Os bancos estatais apresentaram nível de evidenciação abaixo daqueles bancos mais tradicionais.

Plantin, Sapra, Shin (2008) discutiram qual o melhor critério de mensuração em relação a qualidade informação dos instrumentos financeiros a curto e longo prazo. O resultado do trabalho indica que para os ativos negociados em mercados líquidos, tais como ações, a marcação a mercado é superior ao custo histórico em qualidade informacional.

Barreto (2009) avaliou se, na visão de especialistas em economia e mercado financeiro, a contabilidade a valor justo teve papel decisivo na deflagração ou agravamento da crise financeira mundial. O estudo é concluído com base em entrevistas e nos estudos recentes da SEC, do IASB e do FASB, e na literatura sobre a crise, que evidenciam que, entre diversos fatores que podem ter levado o mundo a esta crise, a contabilidade a valor justo teve papel pouco relevante.

Fonseca (2009) discutiu os impactos decorrentes da classificação dos planos de opções de ações a empregados como instrumento de patrimônio e do consequente registro do valor justo calculado na data da outorga versus o valor justo atualizado a cada data de balanço, como é adotado, atualmente, para os planos classificados no passivo. Os resultados apresentados demonstram que os planos classificados no passivo representam valores mais próximos dos valores dos benefícios recebidos pelos empregados do que os planos classificados no Patrimônio Líquido, cujos valores justos foram calculados na data da outorga dos planos, resultando, conseqüentemente, em divulgação mais relevante para o usuário das informações contábeis.

Brito (2010) estudou a subjetividade encontrada na aplicação do valor justo na mensuração de ativos biológicos na atividade pecuária bovina no Brasil, considerando aspectos conceituais e regras determinadas pelo CPC 29. Os resultados obtidos apontam que é possível ser aplicada a mensuração a valor justo na atividade agropecuária no Brasil, para o caso estudado; entretanto em algumas fases da vida do animal, principalmente quando não existem valores de mercado disponíveis, tal aplicação encontra maiores restrições além de proporcionar maior subjetividade.

Argiles, Bladón e Monllau (2011) estudaram os efeitos da utilização do valor justo frente ao custo histórico, utilizando a atividade de exploração agrícola como amostra, e o foco na conta de ativos biológicos a custo histórico e valor justo. Esta pesquisa não identificou diferenças significativas em ganhos e receitas utilizando-se o valor justo para mensuração de ativos biológicos de empresas agrícolas, em relação ao uso do custo histórico.

Kich, Filipin, Lopres (2011) verificaram os impactos no patrimônio da empresa Gerdau S.A. pelo emprego do método valor justo, descrevendo os critérios por ela utilizados na mensuração de seus ativos e passivos, e em especial, a aplicabilidade do valor justo em suas contas. Detectou-se que a avaliação das contas a valor justo trouxe impactos ao patrimônio da empresa Gerdau S.A.; através de perdas que alteraram o seu resultado final.

Melo *et al* (2011) analisaram a opinião dos contadores e professores, de graduação e pós-graduação em Ciências Contábeis, acerca da mensuração a valor justo, conforme normas do FASB e do IASB. Os principais resultados obtidos foram as sugestões de novas expressões para substituir a atual “valor justo”, como valor de mercado corrigido, valor intrínseco, a constatação de que, para 60,1% da amostra pesquisada, a contabilidade deve utilizar múltiplos critérios de mensuração de seus itens, mesmo que isso prejudique a homogeneidade da classificação; e a verificação de que o critério de mensuração que gera as informações mais relevantes, mesmo sacrificando a objetividade e verificabilidade e a mensuração a valor justo deve utilizar os 3 níveis previstos para mensuração.

Barreto, Murcia e Lima (2012) identificaram a percepção de especialistas em economia no que diz respeito ao impacto da mensuração a valor justo na crise financeira mundial. Os

resultados encontrados indicam que a contabilidade a valor justo não teve um papel decisivo na deflagração da crise financeira e que tampouco poderia ter evitado a mesma.

Silva Filho, Machado e Machado (2012) verificaram, por meio de análise de regressão, se a mudança do critério de mensuração do custo histórico para o valor justo na avaliação dos ativos biológicos, trouxe conteúdo informacional para o mercado de capitais brasileiro. Para tanto, analisou-se a value relevance dos ativos biológicos para os exercícios de 2008 e 2009, das empresas brasileiras de capital aberto que exploram ativos biológicos. Os resultados empíricos suportam que a substituição do custo histórico pelo valor justo, na mensuração dos ativos biológicos, não se mostrou relevante para os usuários da informação contábil.

Costa, Silva e Laurencel (2013) analisaram os incentivos econômicos para seleção do método (custo ou valor justo) de mensuração contábil das propriedades para investimento por parte das empresas brasileiras não financeiras de capital aberto. Os resultados demonstram que apenas 14 empresas (39%) optaram pelo método do valor justo para mensuração de suas propriedades para investimento. A análise univariada e multivariada dos dados permite concluir que apenas a variável “receita líquida” foi estatisticamente significativa para explicar o método de mensuração das propriedades para investimento escolhido pelas empresas.

Pereira (2013) identificou quais são os determinantes da escolha do uso da mensuração a valor justo no Brasil, considerando o contexto do CPC 28 – Propriedade para Investimento. O achado mais relevante deste trabalho foi que o tamanho reduz a probabilidade de utilizar o valor justo, considerando um nível de significância estatística de 5%.

3. METODOLOGIA

A população da pesquisa é composta pelas companhias de capital aberto registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que totalizam 2.071 empresas, na data de 20/10/2013. Para formação da amostra foram retiradas: i) instituições financeiras, no montante de 263 empresas, por terem o seu momento de adoção de valor justo em 2002 (Circular 3.068 do BACEN); ii) companhias que tiveram registro somente a partir de 2011, que totalizam 67 empresas; iii) companhias que tiveram registro cancelado até o exercício de 2010, num total de 1.176 empresas; e iv) *outliers* – valores que superaram três desvios padrões em relação à distribuição amostral – 6 empresas excluídas; assim, restou amostra válida de 559 companhias.

As informações referem-se aos exercícios de 2008 e 2010. O exercício de 2008 foi selecionado por ser o ano de implantação parcial das IFRS, quando foi introduzido o conceito de valor justo como critério de mensuração dos instrumentos financeiros e para as contas: arrendamento mercantil, subsídios recebidos pelo governo, intangível e pagamentos baseados em ações. Já o exercício de 2010 foi selecionado por ser o momento de adoção completa do padrão IFRS, no qual o conceito de valor justo também passou a ser exigido para as seguintes contas e operações: benefícios a empregados, combinação de negócios, ativo biológico, propriedade para investimento e ativos fixos.

Os dados foram coletados nas demonstrações financeiras padronizadas disponibilizadas no sítio das empresas e/ou da CVM, quando as normas determinam a mensuração e divulgação das demonstrações nos dois padrões de mensuração, e foram apurados: i) no quadro de conciliação divulgado em nota explicativa no item específico – adoção inicial dos novos procedimentos contábeis ou sumário das práticas contábeis modificadas : contas mensuradas pelo valor justo, valor da mensuração dos itens patrimoniais a custo histórico e a valor justo e ajuste decorrente da mudança de critério de mensuração do custo histórico para o valor justo; ii) no sítio da BM&FBOVESPA: setor de atividade; e iii) no balanço patrimonial: valor do patrimônio líquido antes dos ajustes da adoção.

As contas patrimoniais analisadas para o desenvolvimento da pesquisa foram categorizadas em Ativos financeiros, Ativos não financeiros e Passivos financeiros e estão assim descritas: i) Ativo financeiro: Caixa e equivalente de caixa, Contas a receber, Ativo indenizável (concessão), Investimentos financeiros disponíveis, Empréstimos e outros valores a receber; ii) Ativo não financeiro: Ativo biológico, Propriedade para investimento, Ativos fixos e Combinação de negócios e iii) Passivo financeiro: Contas a pagar a fornecedores, Empréstimos e Debêntures.

Como forma de identificar em que medida o uso do critério de mensuração a valor justo produz informação contábil diferente das apurações efetuadas com base no critério do custo histórico por setor econômico, devido à particularidade de cada indústria e atividade econômica, foram utilizados 10 setores, conforme descrição da BM&FBOVESPA: Bens Industriais, Construção e Transporte, Consumo cíclico, Consumo não cíclico, Material básico, Petróleo, gás e combustível, Tecnologia da Informação, Telecomunicações, Utilidade Pública e Outros.

Para responder a indagação foram realizados os seguintes passos: inicialmente segregou-se as empresas por setor, em seguida foi calculada média das contas, separadas nas categorias ativo financeiro, ativo não financeiro e passivo financeiro por setor e por critério de mensuração e posteriormente foram utilizadas as seguintes técnicas: análise de conteúdo, estatística descritiva e Teste de Diferenças de Média para amostras emparelhadas.

Os testes de comparação entre montantes a valor justo e a custo histórico consistiram em Teste paramétrico de diferença de médias para amostras emparelhadas (*T-student*) e Teste não paramétrico de diferenças de média de Wilcoxon. Por último examinou-se a significância das distinções entre os valores apurados pelos dois métodos, por setor.

3 RESULTADOS

3.1 Descrição dos dados

Pelo resultado apresentado na Tabela 1, vê-se que 79% das empresas da amostra atenderam à NBC TG 37– Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (2009). Este resultado está de acordo com o identificado no estudo de Santos e Calixto (2010) que constatou que 83% das empresas brasileiras atenderam plenamente ao disposto na norma que determina a divulgação da ocorrência de ajustes relativos à aplicação inicial do padrão baseado em IFRS.

Em contrapartida identifica-se 21% de empresas que não divulgaram informações sobre a mudança de critério, apesar da obrigatoriedade de divulgação.

Dos 79% que divulgaram informações sobre a mudança de critério de mensuração, chama-se atenção para o percentual de 52% que tiveram suas contas patrimoniais afetadas pela alteração do critério de mensuração. Na Tabela 2 detalha-se tal comportamento, enfatizando a divulgação das rubricas atingidas pela alteração de critérios, segmentando a análise por setor econômico.

Tabela 1 – Divulgação de critérios de mensuração

Informação/Motivos	Quantidade	Percentual
Divulgaram informações sobre a mudança de critério de mensuração	442	79
Com itens patrimoniais afetados por alteração de critério de mensuração	292	52
Sem itens patrimoniais afetados por alteração de critérios de mensuração	150	27
Não divulgaram informações sobre a mudança de critério de mensuração	117	21
Não divulgaram demonstrações contábeis no período analisado	42	8
Não divulgaram informações de forma clara e precisa	75	13
Total	559	100

Fonte: Elaborado pelos autores

No Painel A da Tabela 2 se detalha a quantidade de empresas que não cumpriram as condições mínimas de divulgação, com destaque para os setores Tecnologia da informação, Outros, Construção e transporte e Consumo não cíclico com 40%, 29%, 28% e 28% de descumprimento de publicação de demonstrações contábeis, respectivamente, todos operando sem regulação. Já os setores que apresentaram maiores percentuais de divulgação foram Utilidade pública (regulado) e Consumo cíclico (não regulado), com 6% e 14%, respectivamente. Nos setores regulados a deficiência concentrou-se na divulgação imprecisa do impacto das mudanças critério em suas mensurações. Já as empresas não reguladas falharam em diversos sentidos, inclusive na não publicação de demonstrações.

Tabela 2- Rubricas contábeis afetadas pela mudança de critério

Setor	NÃO REGULADOS							REGULADOS			Total
	BI	CT	CC	CNC	MB	TI	OU	PGB	TE	UP	
PAINEL A											
Empresas que não divulgaram demonstrações contábeis ou informações sobre os critérios	4	30	10	15	13	4	29	2	5	5	117
PAINEL B											
Empresas que divulgaram não ter itens patrimoniais afetados pela alteração nos critérios	7	35	18	15	17	2	34	5	3	14	150
PAINEL C											
Derivativos	9	-	11	7	3	-	-	-	10	16	57
Arrendamento mercantil	3	15	3	13	1	3	-	-	-	2	42
Subsídios recebidos pelo governo	12	3	3	2	3	-	-	-	-	-	25
Pagamento baseado em ação	3	5	3	3	2	-	-	-	-	13	31
Benefício a empregado (Plano de pensão)	4	2	3	1	5	-	3	1	1	16	36
PAINEL D											
Caixa e equivalente de caixa	13	13	17	11	13	2	7	3	12	41	132
Contas a receber	9	17	17	9	10	2	2	1	7	23	97
Ativo indenizável (concessão)	-	7	3	-	-	-	3	-	1	29	43
Investimentos financeiros disponíveis	9	13	14	6	10	1	16	2	10	24	105
Empréstimos e outros valores a receber	5	5	4	-	6	-	4	-	-	9	33
Debêntures	4	16	6	3	6	1	5	-	4	25	70
Contas a pagar a fornecedores	9	15	14	8	12	2	2	3	10	29	104
Empréstimos	12	23	19	12	19	2	8	1	9	44	149
Ativo biológico	5	1	5	8	9	-	4	-	-	-	32
Propriedade para investimento	5	5	5	4	2	-	12	-	-	1	34
Ativos fixos (<i>deemed cost</i>)	19	6	22	9	20	1	5	1	2	17	102
Combinação de negócios	2	7	5	3	7	1	-	-	4	9	44
TOTAL PAINEL C e D	30	41	42	23	34	4	38	2	13	65	292
TOTAL DE EMPRESAS	41	106	70	53	64	10	101	9	21	84	559

Onde: BI: Bens industriais; CT: Construção e transporte; CC: Consumo cíclico; CNC: Consumo não cíclico; MB: Material básico; PGB: Petróleo, gás e biocombustível; TI: Tecnologia da informação; TE: Telecomunicações; UP: Utilidade pública e OU: Outros.

No Painel B, onde se apresentam as empresas que declararam não haver ajustes a fazer, estranha-se que o setor de Utilidade Pública, que é regulado, tenha apresentado 16% de empresas sem ajustes, uma vez que é composto por concessionárias de serviços públicos, para

as quais foi divulgado normativo específico sobre o registro de ativos financeiros mensurados a valor justo (ativo indenizável).

Assim como se chama atenção para os setores Petróleo, gás e biocombustível, Construção e transporte e Outros que não apresentaram impacto pela mudança de critérios em 56%, 33% e 28% das empresas.

No Painel C, onde se listam as rubricas apontadas como mensuradas a valor justo, porém sem divulgação de valores mensurados a custo histórico, impossibilitando a análise proposta sobre as diferenças entre os dois critérios; destaca-se que nenhuma empresa apresentou quadro de ajuste para as rubricas: Derivativos, Arrendamento mercantil, Subsídios recebidos pelo governo e Pagamento baseado em ação.

Em complemento, no Painel D, apresentam-se os dados referentes às empresas que divulgaram rubricas com mensuração e com informação de valores pelos dois critérios em estudo: custo histórico e valor justo.

Os dados evidenciados no Painel D mostram que as contas com maior frequência de divulgação são aquelas referidas a Instrumentos financeiros e Ativos fixos, com destaque para as rubricas Empréstimos, Caixa e equivalente de caixa, Investimentos financeiros disponíveis, Contas a pagar a fornecedores e Ativo fixos, com presença entre 51% a 35%.

Vê-se ainda, que os setores Utilidade pública, Construção e transporte e Consumo cíclico apresentaram os maiores percentuais de divulgação de Instrumentos financeiros. Os setores (entre 52% a 63%) que mais divulgaram informações sobre o ativo fixo foram os de Bens Industriais, Materiais básicos e Consumo cíclico.

Tais evidências corroboram os achados da pesquisa da Ernst Young Terco (2011) que identificou dentre as principais contas patrimoniais que impactaram o patrimônio líquido com a adoção das IFRS's aquelas referentes a Instrumentos financeiros e a Ativo imobilizado.

Era de se esperar que o percentual de divulgação de ajustes em Instrumentos financeiros fosse elevado, por ser a operação que engloba o maior número de contas do balanço e comuns a qualquer tipo de empresa, independente de setor, ou pela obrigatoriedade de divulgação do saldo destas contas segundo os critérios analisados, instituída pela NBC T 14 (2008).

Quanto a Ativos fixos, o percentual de divulgação pode ter sido influenciado pelo forte incentivo promovido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil para que fosse adotado, como custo atribuído (*deemed cost*) do imobilizado, o seu valor justo, para resolver o problema da desatualização dos imobilizados devido à utilização de taxas de depreciação estipuladas pela legislação tributária, que não representavam adequadamente a vida útil dos bens (CARDOSO; 2011).

Os setores Consumo não cíclico e Materiais básicos foram o que apresentaram maior percentual de divulgação para a rubrica ativos biológicos, 35% e 25%, respectivamente. E os setores Outros, Bens industriais e Consumo não cíclico, com percentual de divulgação de 32%, 17% e 17%, respectivamente, foram os que mais apresentaram empresas com informações para a rubrica Propriedade para investimento.

Por fim, considerando todas as rubricas analisadas, as empresas do setor Utilidade pública apresentaram o maior percentual de divulgação, 77%. Este índice de divulgação pode ser explicado pelo atendimento à ITG 01 – Contratos de Concessão, que regulamenta a forma de contabilização dos ativos de concessão, assim como pela quantidade de instrumentos financeiros mantidos pelas empresas. Deve-se ressaltar, ainda, que este setor é amplamente fiscalizado e normatizado por Agências Reguladoras, o que pode indicar que as empresas tenham tido maior preocupação em atender as exigências dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC. Tal entendimento é apresentado por Lopes e Rodrigues (2007), que afirmam que empresas de setores regulamentados já cumprem exigências de prestação de contas aos seus devidos órgãos reguladoras e entende-se que este fato pode influenciar no

atendimento às normas contábeis e no fornecimento de informações obrigatórias em seus relatórios contábeis.

Continuando a análise, apontam-se os setores Bens Industriais, Telecomunicações e Consumo cíclico, cujas empresas mostraram percentual de divulgação de 73%, 62% e 60%, respectivamente. Apesar de alguns destes setores não serem regulados, mostraram quantidade representativa de divulgação das informações. Os principais impactos identificados se concentram também em Instrumentos financeiros e Ativos fixos.

O setor com menor quantidade de divulgação foi o de Petróleo, gás e biocombustível, com 22%. Muito embora este setor seja monitorado por Agência Reguladora, pode ser que tal regulamentação implique em outro tipo de mensuração, não analisada nesse estudo, o que pode justificar a baixa quantidade de divulgação ao disposto na NBC TG 37 (2009).

3.3 Montante dos ajustes decorrentes dos critérios de mensuração

Investigando se o setor econômico ao qual a empresa pertence pode influenciar a existência ou não de diferenças significativas entre a mensuração a custo histórico e a valor justo das contas analisadas por categoria Ativo financeiro, Ativo não financeiro e Passivo financeiro foram efetuadas testes similares para as variáveis, segregadas por setor, por categoria de conta, pelo total do setor e por critério de mensuração, com o intuito de identificar se existe diferenciação no tratamento da mensuração pelos dois critérios. Os achados estão dispostos na tabela 3.

Tabela 3– Ajustes aos critérios por setor e grupos de rubricas

Rubricas	Tipo	Valores Médios			Desvio Padrão		Estatísticas	
		Valor Justo	Custo Histórico	Diferença (VJ - CH)	Valor Justo	Custo Histórico	Teste T	Teste Z
Bens Industriais	A.F	0,40	0,40	-	0,31	0,31	0,61	-1,40
	A.N.F	1,19	0,68	0,51	2,09	1,25	-3,02*	-4,22*
	P.F	0,49	0,51	-0,02	0,48	0,54	0,99**	-0,78**
	T.S	0,73	0,52	0,21	1,28	0,80	-2,66*	-3,49*
Construção e Transporte	A.F	0,39	0,37	0,02	0,82	0,74	-1,72*	-0,36*
	A.N.F	1,42	1,10	0,32	1,65	2,16	-1,39*	-2,98*
	P.F	0,95	0,97	-0,02	1,56	1,57	0,80**	-1,16**
	T.S	0,88	0,74	0,14	1,85	1,43	-1,76*	-3,85*
Consumo cíclico	A.F	0,33	0,33	-	0,84	0,80	-1,35	-0,60
	A.N.F	1,26	0,77	0,49	1,75	1,30	-4,88*	-5,06*
	P.F	0,58	0,61	-0,03	1,16	1,31	0,99**	-0,04**
	T.S	0,69	0,54	0,15	1,29	1,13	-3,87*	-4,94*
Consumo não cíclico	A.F	0,32	0,32	-	0,40	0,40	-0,81	-0,81
	A.N.F	0,60	0,45	0,15	1,08	0,82	-2,55*	-3,22*
	P.F	0,57	0,56	0,01	0,68	0,68	-1,34**	-1,30**
	T.S	0,49	0,44	0,05	0,76	0,65	-2,48*	-3,58*
Materiais básicos	A.F	0,07	0,07	-	0,08	0,08	-1,00	-1,00
	A.N.F	1,29	0,84	0,45	1,78	1,14	-3,31*	-4,96*
	P.F	0,34	0,36	-0,02	0,37	0,36	-1,10**	-1,06**
	T.S	0,73	0,59	0,14	1,40	1,15	-2,94*	-4,64*
Petróleo, gás e biocombustível	A.F	0,23	0,22	0,01	0,32	0,32	1,12	-0,85
	A.N.F	0,64	0,16	0,48	2,08	1,26	-3,52*	-4,32*
	P.F	0,14	0,11	0,03	0,21	0,22	1,00**	1,12**
	T.S	0,23	0,15	0,08	0,87	0,60	2,25	-1,35
Tecnologia da informação	A.F	0,26	0,26	0,00	0,20	0,20	0,12	-1,60
	A.N.F	0,45	0,41	0,04	0,12	0,12	1,45*	-1,90*
	P.F	0,31	0,30	0,01	0,14	0,14	1,10*	-1,70*
	T.S	0,33	0,31	0,02	0,16	0,16	0,08	-0,69
Telecomunicações	A.F	0,22	0,22	0,00	0,33	0,33	0,00	0,00

	A.N.F	1,37	0,60	0,77	1,45	0,59	-1,09**	-2,03**
	P.F	0,46	0,47	-0,01	0,91	0,91	0,76*	0,00*
	T.S	0,46	0,35	0,11	0,76	0,62	-1,02*	-0,77*
Utilidade Publica	A.F	0,39	0,23	0,16	0,54	0,29	-3,79*	-4,00*
	A.N.F	1,34	0,64	0,70	1,50	0,83	-2,45**	-3,83**
	P.F	0,62	0,63	-0,01	0,88	0,90	1,47*	-1,02*
	T.S	0,53	0,42	0,11	0,81	0,66	-4,16*	-4,69*
Outros	A.F	0,55	0,50	0,05	1,02	1,00	-1,41*	-1,21*
	A.N.F	1,59	1,26	0,33	3,98	1,68	-2,68**	-4,30**
	P.F	0,95	1,10	-0,15	1,13	1,37	1,83*	-1,57*
	T.S	1,14	0,98	0,13	2,66	1,39	-2,40*	-3,42*

Notas: Valores escalonados pelo Patrimônio Líquido.

* Significância Estatística ao nível de 5%; ** Significância Estatística ao nível de 1%

Onde: A.F: Ativo financeiro; A.N.F: Ativo não financeiro; P.F: Passivo financeiro e T.S: Total do setor

Inicialmente, analisando os resultados por categoria de contas, observa-se que nas três categorias as diferenças apresentaram comportamento significativo, indicando que provêm de populações com características distintas; tal comportamento se confirma pelos dois testes aplicados (paramétrico e não paramétrico).

Ressalta-se que não se nota mudança de padrão nas diferenças do cálculo a valor justo e a custo histórico para os Ativos financeiros, Ativos não financeiros e Passivo financeiro, desta forma, pode-se inferir que a origem das contas não influencia a existência de assimetrias significativas entre a mensuração a custo histórico e a valor justo.

Contudo, dado o provável caráter de atualização de valores defasados, ocasionada por utilização de taxas de depreciação e de amortização estipuladas pelo fisco, que não levavam em consideração a vida útil efetiva dos ativos, constata-se que a divergência é mais acentuada nos Ativos não financeiros. Enquanto a diferença em valores absolutos, nos Ativos não financeiros variam de 0,04 a 0,51, no Ativo financeiro e no Passivo financeiro, as diferenças apresentam menor relevância econômica, com percentuais de 0 a 0,16 e - 0,15 a 0,03, respectivamente.

Esta baixa relevância nestas duas categorias reflete também que suas rubricas não se prestam a ações de gerenciamento de resultado, seja porque existe mercado ativo para mensuração e validação dos seus valores justos, seja porque em termos de valores são grupos de contas em empresas não financeira com valores com menor nível de alocação relativa de recursos.

Outro argumento a ser utilizado para a diferença mais acentuada entre os dois critérios nos Ativos não financeiros pode estar atrelado ao uso do conceito de *highest and best use* na sua mensuração. Este conceito considera a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso, ou vendendo-o a outro participante do mercado que o utilizaria em seu melhor uso (NBC TG 46, 2012), conceito não utilizado para o grupo de contas Ativos financeiros.

Analisando a informação por setor, se reproduzem o comportamento já mostrado nos tópicos anteriores, com exceção dos setores: Petróleo, gás e biocombustível e Tecnologia da Informação que apresentaram sinais de igualdade de valores na mensuração a custo histórico e a valor justo.

Aprofundando a análise nos setores em que o resultado do teste não segue a tendência geral, identificou-se que este resultado está influenciado pelo resultado dos Ativos financeiros, que nestes setores referem-se a Caixa e equivalente de Caixa e Empréstimos e outros valores a receber.

No caso da conta Caixa e equivalente de caixa tal igualdade é esperada uma vez que a mesma é composta pelas rubricas caixa e depósitos bancários a vista. No entanto, ao se considerar que aplicações financeiras de liquidez imediata, que também compõem esse grupo,

tal resultado não seria esperado, pois estes títulos tendem a valores de mercado diferentes do custo histórico. Porém, as empresas divulgaram o valor justo das aplicações financeiras de liquidez imediata exatamente igual ao do custo histórico, evidenciando que ou as empresas divulgaram erradamente as informações sobre o valor justo ou o valor do saldo contábil divulgado não estava mensurado pelo custo histórico.

Para a conta Empréstimos e outros valores a receber, o resultado encontrado corresponde ao esperado, uma vez que devido ao curto prazo de sua realização, esta rubrica tem os seus valores de custo próximos aos seus valores de mercado.

Outra evidência a ser destacada, ainda com base na informação do total do setor, é que os setores Bens industriais, Consumo cíclico e Construção e transporte foram os mais impactados com a mudança do critério de mensuração, mostrando que na média o Patrimônio líquido das empresas destes setores foram modificados em 21%, 15% e 14%, respectivamente. Este impacto está diretamente relacionado às diferenças identificadas no grupo Ativos não financeiros. Já o setor que apresentou menor impacto foi Consumo não cíclico em média de 5% do Patrimônio líquido das empresas. Tal resultado está em linha com o trabalho de Prado (2013) que além de identificar estes setores como os mais e menos impactados, afirma serem as NBC TG 27, NBC TG 15, NBC TG 14 os causadores dos aumentos.

Os setores Utilidade Pública e Outros são os únicos que não reproduzem o comportamento da população em relação ao grupo Ativo financeiro. Nestes setores, este grupo de conta impactou o Patrimônio líquido das empresas em 16% e 5%, respectivamente. Este achado está em linha com os resultados identificados no item 3.1 que mostra diferenças positivas na conta Ativo indenizável (concessão) que influencia diretamente as diferenças identificadas no setor Utilidade pública. Já o setor Outros foi impactado pelas diferenças da conta Investimentos financeiros disponíveis.

Todos os setores reproduziram o comportamento da população para o grupo de contas Ativos não financeiros. Os setores mais impactados neste grupo foram Telecomunicações, Utilidade pública e Bens industriais com modificação de 77%, 70% e 51% no Patrimônio líquido das empresas. Este impacto deu-se, principalmente, pela desatualização dos saldos do Ativo fixo e Propriedade para investimento, e pelas variações de preços que podem ter ocorrido desde a aquisição dos estoques e da mais valia gerada pelo uso e reconhecimento de mercado das marcas e patentes adquiridas.

Chama-se a atenção para o setor Outros, que apesar de apresentar comportamento homogêneo para o grupo de contas Passivo financeiro, mostra uma maior relevância econômica na diferença identificada neste grupo de contas, com modificação de -15% do Patrimônio líquido das empresas, contra uma variação média dos outros setores de -1%. Considerando a alta dispersão dos valores apresentados nos dois critérios, é factível supor que tais ajustes poderiam estar associados apenas a algumas empresas. Investigando mais profundamente, identificou-se que a diferença foi gerada pela mensuração da conta Empréstimos da empresa São Carlos Empreendimentos e Participações S.A, que apresentou uma variação significativa entre os números mensurados a custo histórico e a valor justo.

4 CONCLUSÕES

A pesquisa teve como objetivo investigar o efeito da utilização do critério de mensuração a valor justo em relação ao uso do critério do custo histórico nas demonstrações contábeis, por setor econômico, na realidade econômica brasileira.

Os resultados da pesquisa aceitam a hipótese estabelecida de que as mensurações contábeis produzidas pelo valor justo são significativamente diferentes dos valores registrados com base no critério do custo histórico, com exceção dos setores Petróleo, gás e

biocombustível e Tecnologia da Informação que apresentaram sinais de igualdade de valores na mensuração a custo histórico e a valor justo por setor. Este resultado está influenciado pelo resultado dos grupos Ativos financeiros, que nestes setores referem-se a Caixa e equivalente de Caixa e Empréstimos e outros valores a receber, que devido ao curto prazo de sua realização, esta rubrica tem os seus valores de custo próximos aos seus valores de mercado.

Em relação aos setores que apresentaram variações, constatou-se ainda que as mensurações contábeis produzidas pelo valor justo aumentam o valor patrimonial de forma significativa, entre 5% e 21%. Os setores de Bens Industriais, Consumo cíclico, Materiais básicos e Transporte e construção com percentuais de 21%, 15%, 14% e 14% do patrimônio líquido, respectivamente, apresentaram as maiores variações. Tais setores foram influenciados pelos ajustes identificados no grupo Ativos não financeiros (imobilizado e propriedades para investimento), decorrente, provavelmente, da atualização de valores defasados, ocasionada por utilização de taxas de depreciação e de amortização estipuladas pelo fisco, que não levavam em consideração a vida útil efetiva dos ativos fixos. Além disso o uso do conceito de *highest and best* na sua mensuração também influenciou as maiores variações para esses grupos.

Em contra partida o setor Consumo não cíclico, com percentual de 5% sobre o patrimônio líquido, apresentou a menor variação por setor.

Chama-se atenção para o resultado da empresa Trevisa Investimentos S.A, pertencente ao setor Construção e transporte que apresentou uma alteração do seu patrimônio líquido de 119%, decorrente da mensuração a valor justo dos seus ativos biológicos. Outro resultado que é importante ressaltar é o da empresa Metalúrgica Riosulense S.A, do setor Bens industriais, que teve seu patrimônio líquido modificado em 189%, em decorrência da mensuração a valor justo das suas Propriedades para investimento. Por fim, destaca-se que a mensuração a valor justo dos Ativos fixos da empresa Paramount Têxteis Indústria e Comércio S/A, do setor Consumo cíclico, impactou o seu patrimônio líquido em 167%. Por outro lado, apesar do crescimento identificado nestas contas, algumas empresas apresentaram pequenas variações no seu patrimônio, dentre as quais se destaca: Diagnóstico da América S.A pertencente ao setor Consumo não cíclico com variação de 1% pela mensuração dos seus ativos fixos e a empresa WLM Indústria e Comércio S.A. do setor Consumo não cíclico com variação de 2% pela mensuração dos seus ativos biológicos.

Constatou-se ainda, que as diferenças identificadas entre os números mensurados a custo histórico e a valor justo advêm do processo de atualização das mensurações a custo histórico defasado devido aos altos níveis de inflação ao longo do tempo na economia brasileira. Momento em que as empresas brasileiras utilizaram a legislação para atualizarem os seus balanços.

Dessa forma, o estudo foi conclusivo sobre o objeto da pesquisa, podendo-se afirmar que a mensuração dos itens patrimoniais pelo critério do valor justos aumentou, de forma significativa, o valor patrimonial das empresas. Como sugestão para estudos futuros, pode-se destacar a comparação com setores de outros países e com o uso de outras técnicas estatísticas.

3. REFERENCIAS

AQUINO, W.; PETERSON, M. H. Valor justo. *In: Congresso Brasileiro de Contabilidade*. 18, 2008, Gramado. **Anais...** Gramado: CBC, 2008.

ARAÚJO, A. M. P.; ASSAF NETO, A. A contabilidade tradicional e a contabilidade baseada em valor. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, v.14, n. 33, set/dez. 2003.

ARGILES, J. M.; BLADÓN, J. G.; MONLLAU, T. Fair value versus historic cost valuation for biological assets: implications for the quality of financial information. **Revista de Contabilidade**, Espanha, v, 14, n 2, dez. 2011.

BARRETO, E. **A contabilidade a valor justo e a crise financeira mundial**. 2009.145 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009.

BARRETO, E. ; MURCIA, F. D. R.; LIMA, I. S. Impacto da mensuração a valor justo na crise financeira mundial: identificando a percepção de especialistas em economia e mercado financeiro. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 15, 2012.

BRITO, E. **Um estudo sobre a subjetividade na mensuração do valor justo na atividade da pecuária bovina**. 2010. 109f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2010.

CARDOSO, P. R. **Moore Stephens News**, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 14 (R1)** – Instrumentos Financeiros, São Paulo, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 15 (R1)** - Combinação de negócios, São Paulo, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 27** - Ativo imobilizado, São Paulo, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 46 (R1)** – Valor justo, São Paulo, 2012.

COSTA; T. A.; SILVA; A. H. C.; LAURENCEL, L.C. Escolha de práticas contábeis: um estudo sobre propriedades para investimento em empresas brasileiras não financeiras de capital aberto. **Revista de Contabilidade e Organizações**, 2013.

FONSECA, C. B. **Planos de opções de ações a empregados: valor justo de quando?** – um estudo de caso. 2009. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDICIBUS, S.; KANITZ, S. C.; MARTINS, E.; RAMOS, A.T.; CASTILHO, E.; BENATTI, L.; WEBER FILHO, E.; DOMINGUES JUNIOR, R. **Contabilidade Introdutória**. Editora: Atlas, 7ª ed., 1992.

IUDÍCIBUS, S., MARTINS, E. Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do valor justo. **Revista de Contabilidade e Finanças da USP**, n.44, 2007.

KICH, T.G.; FILIPIN, R.; LOPES, L. F. Os impactos da aplicação do valor justo no patrimônio da empresa Gerdau S.A. *In: XIV SEMEAD – Seminários de Administração*, 14. 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2011

LANDSMAN, W. R. Is fair value accounting information relevant and reliable ? **Evidence from capital market research**. Policy, p. 19-30, 2007.

LOPES, M. V.; FIGUEIREDO, R.: Valor justo: eficaz até que ponto? **Revista Capital Aberto**, 7, n.76, dez., 2009.

LUIZ, I.G.; NASCIMENTO, M.; PEREIRA, L. C. S. Impacto do gerenciamento de resultados no retorno anormal: estudo empírico dos resultados das empresas listadas na bolsa de valores de São Paulo – Bovespa. *In: Congresso USP Contabilidade e Controladoria*,8, São Paulo, 2008.

MARTINS, E. **Avaliação de Empresas: da Mensuração Contábil à Econômica**. São Paulo: Atlas, 2001.

MAUSS, C. V; BLEIL, C.; BONATTO, A.; OLIVEIRA, C. S.; SANTOS, G. Z. S. A evolução da contabilidade e seus objetivos. **SEGET - Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. Rio de Janeiro 2013

MELO, C. L. L.; VIEIRA, E. R. F. C.; NIYAMA, J. K; MÓL, A. L. R. Mensuração a valor justo: um estudo sobre a opinião dos professores e profissionais contábeis. *In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, 11, 2011, São Paulo. **Anais...** 2011.

PEREIRA, A. F. **Determinantes na escolha do valor justo para propriedades para investimento no Brasil**. Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências, área de Controladoria e Contabilidade. São Paulo 2013.

PLANTIN. G, SAPRA H. SHIN., H. S. Fair Value Accounting and Financial Stability. Banque de France • **Financial Stability Review** ,n. 12, oct., 2008.

PRADO, T.A.R. **Os impactos da primeira adoção das normas IFRS nas Demonstrações Contábeis das Companhias Abertas Brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Gestão e Negócio, Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

SANTOS, E. S. Objetividade x Relevância: o que o modelo contábil deseja espelhar? **Caderno de Estudos**, São Paulo, FIPECAFI, v.10, n.18. mai./ago. 1998

SILVA, L. M. **O valor é a pedra angular da Contabilidade**. São Paulo: 2012.

SILVA FILHO, A. C. C.; MACHADO, M. A. V.; MACHADO, M. R. Custo Histórico X Valor Justo: Qual Informação é mais *Value Relevant* na Mensuração dos Ativos Biológicos? *In: XII Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, 2012. São Paulo: 2012

TINOCO, J. E. P. Avaliação patrimonial em contabilidade a valores de entrada e de saída. **Caderno de estudos**, São Paulo, FIPECAFI, 1992.

UMBELINO, W.S.; MIRANDA, L.C. ; VASCONCELOS, M. T. C.; ARAUJO, F. S. Evidenciação do Valor Justo das Instituições Financeiras. **Seminário UFPE de Ciências Contábeis**. 2007.